

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	29
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	31

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.729
Preferenciais	0
Total	66.729
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	30/04/2015	Dividendo	03/11/2015	Ordinária		0,14624
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,05556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	68.981	81.216
1.01	Ativo Circulante	7.276	26.644
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.815	24.837
1.01.01.01	Caixa e Bancos	0	6
1.01.01.02	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	6.815	24.831
1.01.06	Tributos a Recuperar	200	1.802
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	200	1.802
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	261	5
1.01.08.03	Outros	261	5
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	256	0
1.01.08.03.02	Outros	5	5
1.02	Ativo Não Circulante	61.705	54.572
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.135	45.913
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	52.135	45.913
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	52.135	45.913
1.02.02	Investimentos	9.570	8.659
1.02.02.01	Participações Societárias	9.570	8.659
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	9.570	8.659

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	68.981	81.216
2.01	Passivo Circulante	3.746	10.018
2.01.05	Outras Obrigações	3.746	10.018
2.01.05.02	Outros	3.746	10.018
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.708	10.000
2.01.05.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	23	0
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	15	18
2.03	Patrimônio Líquido	65.235	71.198
2.03.01	Capital Social Realizado	42.822	17.885
2.03.02	Reservas de Capital	9.870	9.870
2.03.04	Reservas de Lucros	12.312	43.261
2.03.04.01	Reserva Legal	8.566	33.503
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.746	9.758
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	231	182
2.03.08.01	Reserva de Avaliação Patrimonial Reflexa	231	182

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	519	2.563
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-560	-431
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.079	2.994
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	519	2.563
3.06	Resultado Financeiro	7.685	18.104
3.06.01	Receitas Financeiras	7.685	18.104
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.204	20.667
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-789	-1.802
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.415	18.865
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.415	18.865
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,11112	0,28271
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,11075	0,28239

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	7.415	18.865
4.02	Outros Resultados Abrangentes	82	-281
4.02.03	Efeito reflexo de Entidades de Previdência Privada	82	-281
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.497	18.584

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.736	12.044
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.419	14.291
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	7.415	18.865
6.01.01.02	Juros e Variações monetárias	-4.890	-3.382
6.01.01.05	Resultado Equivalência Patrimonia	-1.079	-2.994
6.01.01.06	Despesa de Tributos	973	1.802
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-683	-2.247
6.01.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	4.248
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-674	-6.485
6.01.02.04	Contas a Pagar e outros	-9	-10
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.758	-204.015
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-19.758	-32.676
6.03.02	Redução de capital paga em dinheiro	0	-171.339
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.022	-191.971
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.837	216.808
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.815	24.837

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.885	9.870	43.261	0	182	71.198
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.885	9.870	43.261	0	182	71.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.937	0	-30.949	-7.448	0	-13.460
5.04.01	Aumentos de Capital	24.937	0	-24.937	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	3.746	-3.746	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-9.758	-3.708	0	-13.466
5.04.14	Dividendos prescritos na CPFL	0	0	0	6	0	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.448	49	7.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.415	0	7.415
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	33	49	82
5.05.02.06	Efeito Reflexo custo atribuído ativo imobilizado	0	0	0	33	-33	0
5.05.02.07	Efeito Reflexo Entidades de previdência privada	0	0	0	0	82	82
5.07	Saldos Finais	42.822	9.870	12.312	0	231	65.235

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	224.426	7.004	55.952	0	4.103	291.485
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	224.426	7.004	55.952	0	4.103	291.485
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-206.541	2.866	-2.691	-28.985	-1.496	-236.847
5.04.06	Dividendos	0	0	-12.449	-9.227	0	-21.676
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.000	0	-10.000
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	9.758	-9.758	0	0
5.04.09	Redução de Capital - Entrega de ações	-206.541	0	0	0	0	-206.541
5.04.10	Redução de Capital - Resultado na Variação de entrega de ações da CPFL	0	2.672	0	0	0	2.672
5.04.11	Equivalência patrimonial na movimentação de participação indireta na CPFL Renováveis	0	225	0	0	0	225
5.04.12	Redução de Capital - Resultado na movimentação de participação indireta na CPFL Renováveis	0	-1.527	0	0	0	-1.527
5.04.13	Transferência entre contas da mesma natureza	0	1.496	0	0	-1.496	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.966	-2.425	16.541
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.865	0	18.865
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.324	-2.324
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-281	-281
5.05.02.06	Redução de Capital - Baixa na entrega de ações	0	0	0	0	-2.043	-2.043
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	101	-101	0
5.05.03.02	Custo Atribuído	0	0	0	101	-101	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-10.000	10.019	0	19
5.06.04	Dividendos prescritos na CPFL	0	0	0	19	0	0
5.06.05	Reversão da Reserva Legal	0	0	-10.000	10.000	0	0
5.07	Saldos Finais	17.885	9.870	43.261	0	182	71.198

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-376	-431
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-376	-431
7.03	Valor Adicionado Bruto	-376	-431
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-376	-431
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.764	21.384
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.079	2.994
7.06.02	Receitas Financeiras	7.685	18.390
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.388	20.953
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.388	20.953
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	973	2.088
7.08.02.01	Federais	973	2.088
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.415	18.865
7.08.04.02	Dividendos	3.708	9.227
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.707	9.638

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados comparativos em relação ao exercício de 2014, exceto quando especificado em contrário.

Perfil Corporativo

A Bonaire é uma sociedade por ação, de capital aberto, atualmente com sede na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro, constituída em 29 de agosto de 1997, cujo objeto social é a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A sua atividade preponderante é a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Como empresa de participação (“*holding*”), a Bonaire tem suas Receitas Operacionais originadas primordialmente da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da CPFL. No exercício de 2015, a receita de equivalência patrimonial totalizou o montante de R\$ 1.079 (R\$ 2.994, em 2014).

Receita Financeira

Em 2015, a Bonaire registrou receita financeira de R\$ 7.685 (R\$ 18.104 em 2014) composta, basicamente, pelo rendimento sobre as aplicações financeiras e atualização monetária de impostos e recuperar, classificados no ativo não circulante cujo saldo é atualizado pela taxa SELIC.

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2015 as Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 376 (R\$ 431, em 2014) devido, principalmente, às despesas com publicações legais e com a contratação de assessores e advogados.

Por tratar-se de uma empresa de participação, as atividades da Bonaire são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Bonaire, ao final do exercício, foi de R\$ 7.415, apresentou um decréscimo de 39,30% em relação ao ano anterior (R\$ 18.865, em 31 de dezembro de 2014) e correspondeu a um lucro básico por ação ordinária de R\$ 0,11112 (R\$ 0,28271 em 31 de dezembro de 2014) e um lucro diluído por ação ordinária de R\$ 0,11075 (R\$ 0,28239 em 31 de dezembro de 2014).

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos Acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia:

“Artigo 31:

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único: As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.”

Em linha com esse compromisso, a Bonaire anuncia a remuneração aos acionistas, conforme a seguir:

	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	7.415
Equivalência patrimonial sobre resultados abrangentes da investida	33
Efeito reflexo sobre dividendos prescritos na investida	6
Base de cálculo dos dividendos	<u>7.454</u>
Juros sobre capital próprio aprovados em 29/12/2015	(3.708)
Dividendos adicionais propostos	<u>(3.746)</u>
Total distribuído	<u>(7.454)</u>
Percentual da distribuição proposta em relação à base de cálculo dos dividendos	100%

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Bonaire são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA sob o código BNPA3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Informações sobre a CPFL (investida final)

A CPFL, maior companhia privada do setor elétrico brasileiro, é uma *holding* que, por meio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil, nos mercados regulado e livre.

A CPFL Energia é listada nos segmentos de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BM&FBovespa e ADRs Nível III na Bolsa de Nova York, sendo vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e assegura tag along de 100%, no caso de alienação de controle.

Os principais destaques do desempenho econômico-financeiro da CPFL em 2015, são:

- O Lucro Líquido atingiu R\$ 875 milhões, com redução de 1,3% em relação a 2014
- A receita operacional líquida de R\$ 20.205 milhões correspondente a um acréscimo de 14,4% em relação a 2014.
- O EBITDA atingiu R\$ 3.750 milhões, representando uma redução de 0,3% em relação a 2014.

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Em face ao atual cenário econômico desfavorável, e as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras devido a campanhas de eficiência energética e aumentos extraordinários de tarifas, está propondo a destinação de R\$ 393 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro.
- Com o objetivo de suportar a estratégia de expansão de negócios do grupo, a dívida financeira da CPFL (incluindo derivativos) atingiu R\$ 19.489 milhões apresentando um aumento de 5% em relação a 2014.

O desempenho econômico- financeiro da CPFL acima está apresentado de maneira bastante sintética. Para maior entendimento das operações do grupo CPFL nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como as informações adicionais do seu desempenho econômico-financeiro, de sua atuação no mercado de capitais, de suas diretrizes estratégicas e outras informações acerca de suas atividades recomenda-se a leitura de suas demonstrações financeiras do exercício de 2015 divulgadas ao mercado em 21 de março de 2016 e disponíveis em www.cpf.com.br/ri ou pelo site da CVM www.cvm.gov.br.

Audidores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Bonaire para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte não prestou, em 2015, serviços não-relacionados à auditoria externa.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Deloitte prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, a Revisão do ECF para envio à Receita Federal.

A Bonaire adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção, a contratação ou destituição dos auditores independentes.

A Administração da CPFL Energia declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

Bonaire Participações S.A.

Temóteo Roberto Brito de Miranda

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Bonaire Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, tendo por objeto social a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”).

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua da Assembleia, nº 10, 37º andar, sala 3701 (parte), Centro, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

A coligada CPFL Energia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de março de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares.

Notas Explicativas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

i) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria é o caixa e equivalente de caixa.

- Passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social:

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Notas Explicativas

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como empréstimos e recebíveis mensuradas ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “*pro-rata temporis*” até a data do encerramento do exercício.

3.4 Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

3.5 Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

3.6 Investimentos em coligadas

O CPC 18 (R2) define que influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. Desta forma a Companhia adota o Método de Equivalência Patrimonial em Coligada para avaliação de seu investimento na CPFL Energia.

Os investimentos em coligada são reconhecidos inicialmente pelo custo e posteriormente são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

3.7 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.8 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Dividendo adicional proposto”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários. A declaração de

Notas Explicativas

dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber /compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quanto aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida pela Companhia na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A principal receita que a Companhia fez jus está discriminada a seguir:

Receitas financeiras - Abrange receitas incidentes em juros auferidos sobre aplicações financeiras e atualizações monetárias incidentes sobre impostos a recuperar.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

3.13 Novas normas e interpretações adotadas

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015:

Notas Explicativas

Alterações as IFRS – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)

As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e consequentemente a Companhia não as adotou, seguem abaixo:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles estão detidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

A adoção está prevista para a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo as alterações relacionadas ao *impairment*, mensuração e classificação.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial destas alterações, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções para contabilização de aquisições de negócios em conjunto que constituam um “negócio” pela definição estabelecida na IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Estas alterações estabelecem os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios no que se refere ao teste de recuperabilidade de um ativo para o qual o ágio originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente for beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes participantes. Também é requerido que um negócio em conjunto divulgue as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

Estas alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais a serem iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial destas alterações, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	-	6
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento (a)	6.815	9.901
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	-	14.930
	<u>6.815</u>	<u>24.837</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras realizadas pela Bonaire consistem em:

- (a) aplicação no fundo de investimento de curto prazo. Até 03 de agosto de 2015, a Companhia possuía aplicação no BNY Mellon ARX Cash Fundo de Investimento de Curto Prazo, administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A., a partir desta data, transferiu sua aplicação para Bradesco FIC FI Referenciado DI Especial, administrado pelo Banco Bradesco e cuja política de investimento consiste em aplicações em títulos públicos federais e títulos privados, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e,
- (b) aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, emitidos pela Caixa Econômica Federal, remunerados, na média, a 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, encerradas em 03 de novembro de 2015.

Estas aplicações, disponíveis para serem utilizadas exclusivamente nas operações da Companhia, possuem a característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

5 TRIBUTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os tributos compensáveis são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Os saldos são compostos como se segue:

	2015	2014
Circulante		
Imposto de Renda antecipado	126	1.319
Contribuição Social antecipada	74	483
Total	<u>200</u>	<u>1.802</u>
Não-Circulante		
Imposto de Renda antecipado	46.659	34.920
Contribuição Social antecipado	4.865	4.766
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	612	6.227
Total	<u>52.135</u>	<u>45.913</u>

Notas Explicativas

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem utilizados até o fim exercício social de 2016, em contrapartida aos tributos devidos até aquela data, basicamente, provenientes de apurações tributárias mensais nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e de Imposto de Renda Retido na Fonte.

No ativo não circulante, a Companhia mantém os créditos tributários não utilizados no ano corrente além de imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

Durante o exercício de 2015 a Companhia enviou à Receita Federal diversos requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2015, o montante pleiteado corresponde a R\$ 41.398 e o saldo remanescente do ano calendário de 2014 no valor de R\$ 10.125 será requerido no exercício de 2016.

5.1 Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

	2015		2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	8.204	8.204	20.667	20.667
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(1.079)	(1.079)	(2.994)	(2.994)
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(3.708)	(3.708)	(10.000)	(10.000)
Subtotal exclusões	(4.787)	(4.787)	(12.994)	(12.994)
Lucro antes das Compensações	3.417	3.417	7.673	7.673
Créditos fiscais (não constituídos) constituídos	(1.025)	(1.025)	(2.302)	(2.302)
Base de Cálculo	2.392	2.392	5.371	5.371
Imposto de renda e contribuição social no resultado	574	215	1.319	483
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Em relação ao lucro	7,00%	2,62%	6,38%	2,34%

5.2 Créditos fiscais não constituídos

No início do exercício de 2015, o montante de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ, assim como a base de cálculo negativa de CSLL era de R\$ 49.164, uma vez que os ajustes fiscais atribuídos a estas bases de cálculo foram de igual valor. Destes montantes foram utilizados R\$ 1.025 (30% aplicados sobre o lucro real e da base de cálculo da CSLL antes das compensações) para a compensação do IRPJ e da CSLL devidos em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.302 em 2014). Desta forma, o montante de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 48.139.

Com relação às disposições trazidas pela Lei nº 12.973/2014, a qual trouxe mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cuja vigência inicia-se em 1 de janeiro de 2015, a Companhia optou pela adoção antecipada da mesma, que, entretanto, não trouxe impactos contábeis nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Notas Explicativas

6 INVESTIMENTOS

Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia detém participação societária na coligada CPFL Energia S.A. nos montantes de R\$ 9.570 e R\$ 8.659, respectivamente. A movimentação da rubrica Investimentos é como se segue:

	2015	2014
Saldo no início do período	8.659	46.050
Resultado da Equivalência patrimonial	1.079	2.994
Efeito de equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da investida (a)	82	(281)
Dividendos recebidos e propostos (b)	(256)	(4.248)
Dividendos prescritos na investida	6	19
Transação entre acionista – CPFL Renováveis (c)	-	225
Entrega das ações da CPFL ao acionista Energia São Paulo FIA (d)	-	(35.202)
Baixa proporcional dos Ajustes de Avaliação Patrimonial na entrega das ações da CPFL (e)	-	(3.570)
Resultado obtido com a variação percentual do investimento (f)	-	2.672
Saldo no final do Período	9.570	8.659

- (a) Aplicação do percentual de participação da Companhia sobre o resultado abrangente da CPFL Energia.
- (b) Na divulgação das demonstrações financeiras do exercício 2015, a CPFL apresentou em sua destinação de lucros a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 205.423, que correspondem ao percentual de participação da Bonaire o recebimento de R\$ 256, apresentado em suas demonstrações como dividendos propostos a receber.
- Em 27 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou a distribuição de dividendos complementares referentes ao 1º semestre de 2014. O montante recebido pela Companhia é de R\$ 526, correspondente a R\$ 0,43874673 por ação.
- A Assembleia Geral Ordinária da CPFL Energia aprovou, em 29 de abril de 2014, a distribuição de dividendos complementares referentes ao lucro líquido apurado no exercício de 2013. O montante recebido pela Companhia foi de R\$ 3.722, correspondente a R\$ 0,5900622 por ação.
- (c) O valor apresentado em 2014 refere-se à diluição da participação controlada indireta CPFL Geração na CPFL Energia.
- (d) Valor representativo da entrega de 5.108.790 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A ao valor contábil de R\$ 6,89 por ação, na data-base de 31 de maio de 2014 (ver nota explicativa 7).
- (e) Os valores obtidos resultam na aplicação de 0,5309% sobre os ajustes da avaliação patrimonial da CPFL Energia. Este percentual corresponde a diferença de participação no investimento em ações de emissão da CPFL Energia (de 0,6556% para 0,1247%) após a redução do capital da Bonaire durante o exercício de 2014.
- (f) A mudança de participação acionária da Bonaire na CPFL Energia, durante o exercício de 2014, resultou em um ganho contabilizado como Reserva de Capital.

Notas Explicativas

Informações da participação na CPFL Energia:

Embora a Companhia detenha uma participação de 0,1247% no capital da CPFL Energia (0,6556% até 03 de setembro de 2014, data em que a redução do capital da Companhia tornou-se efetivo), a Companhia exerce influência significativa em decorrência de seu direito contratual de nomear, em conjunto com Energia SP FIA (principal acionista da Bonaire), um membro em comum a integrar o Conselho de Administração da CPFL Energia e outro membro em comum a integrar o Conselho Fiscal da CPFL Energia.

Composição do capital da CPFL Energia	2015	2014
Quantidade de ações ordinárias em circulação:	993.014.215	962.274.260
Quantidade de ações ordinárias em poder da investidora	1.238.334	1.200.000
Participação no capital	0,12%	0,12%
<u>Na CPFL Energia (consolidado):</u>		
Ativo circulante:	12.508.652	9.214.704
Ativo não circulante:	28.023.819	25.929.732
Passivo circulante:	9.524.873	7.417.104
Passivo não circulante:	20.877.460	18.330.004
Capital social integralizado	5.348.312	4.793.424
Total do patrimônio líquido		
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	7.674.196	6.943.535
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	2.455.942	2.453.794
Receita operacional líquida	20.205.869	17.305.942
Lucro operacional bruto	3.937.825	4.044.401
Resultado do serviço	2.252.090	2.540.073
Resultado de Participações Societárias	216.885	59.684
Resultado Financeiro	(1.014.520)	(1.089.454)
Lucro antes dos tributos	1.454.454	1.510.304
Lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	864.940	949.177
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas não controladores	10.337	(62.733)
<u>Na investidora:</u>		
Investimentos	9.570	8.659
Resultado de equivalência patrimonial	1.079	2.994

Notas Explicativas

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Bonaire está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal. A participação acionária está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de Ações (ON)	Participações%
Energia SP FIA	66.728.877	99,99
Demais acionistas	1	0,01
	66.728.878	100,00

O acionista Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações é controlado por fundos de pensão (cotistas), nas seguintes proporções:

Cotistas	%
Fundação CESP	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	0,60
	100,00%

7.1.1 Redução de Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2014, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 206.541, sem o cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo para a consecução dos objetivos sociais, com base no artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S/A”) e a restituição ao acionista Energia SP FIA na seguinte forma: (i) R\$ 171.339 em dinheiro e, (ii) R\$ 35.202, mediante a entrega de 5.108.790 (cinco milhões, cento e oito mil, setecentos e noventa) ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A ao valor contábil de R\$ 6,89 (seis reais e oitenta e nove centavos) por ação, na data-base de 31 de maio de 2014.

Em 03 de setembro de 2014, após observado o prazo de 60 dias previsto no art. 174 da Lei 6.407/76, a redução de capital tornou-se efetiva e, nesta data, os recursos financeiros e as ações foram entregues em sua totalidade ao Energia SP FIA.

7.1.2 Aumento do Capital Social

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 24.937, por meio da incorporação ao capital social do valor excedente da Reserva de Legal, sem a emissão de novas ações. Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 17.885 para R\$ 42.822.

7.2 Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

Notas Explicativas

	2015
Lucro líquido do exercício	7.415
Equivalência patrimonial sobre resultados abrangentes da investida	33
Efeito reflexo sobre dividendos prescritos na investida	6
Base de cálculo dos dividendos	<u>7.454</u>
Juros sobre capital próprio aprovados em 29/12/2015 (a)	(3.708)
Dividendos adicionais propostos (b)	(3.746)
Total distribuído	<u>(7.454)</u>
Percentual da distribuição proposta em relação à base de cálculo dos dividendos	100%

(a) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2015, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2015 no montante de R\$ 3.708 e correspondente a R\$ 0,055568145 por ação do capital social;

(b) A Administração está propondo a distribuição do saldo remanescente do resultado de 2015 à título de dividendos adicionais no valor de R\$ 3.746 a serem ratificados na próxima Assembleia Geral Ordinária.

7.3 Reserva de Lucros

a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta reserva é de R\$ 8.566 (R\$ 33.503 em 31 de dezembro de 2014). Tal redução é consequência da deliberação ocorrida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas em 30 de abril de 2015 sobre aplicação do excesso remanescente do saldo desta reserva em relação ao capital social no montante de R\$ 24.937 para aumento do capital social, conforme determinação do artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

b) Dividendos adicionais propostos

De acordo com as práticas contábeis, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia destinou ao patrimônio líquido na conta de "Dividendos Adicionais Propostos" o montante de R\$ 3.746. Tais dividendos serão corrigidos pela variação do CDI a partir de 1 de janeiro 2016 até a data do efetivo pagamento.

Ressalta-se que em 3 de novembro de 2015 a Companhia pagou aos seus acionistas os dividendos e juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2014, no valor de R\$ 9.758 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente, na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2015 foi deliberado o montante de R\$ 3.708 a título de juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

7.4 Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Na aplicação do método de Equivalência Patrimonial, a Companhia reconheceu, conforme ICPC 09 (R1), de forma reflexa, proporcional a sua participação, os ajustes relacionados aos efeitos da adoção das práticas contábeis adotadas pela coligada CPFL Energia:

- a) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante credor de R\$ 571;
- b) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 339 corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2).

8 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, consideram-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	7.415	18.865
Média ponderada do número de ações em circulação	66.728.878	66.728.878
Lucro básico por ação ordinária	0,11112	0,28271
Lucro líquido do exercício	7.415	18.865
Efeito dilutivo reflexo de debêntures conversíveis da CPFL Renováveis(*)	(25)	(22)
Lucro disponível aos acionistas	7.390	18.843
Média ponderada do número de ações em circulação	66.728.878	66.728.878
Lucro diluído por ação ordinária	0,11075	0,28238

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na coligada nos respectivos períodos.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da CPFL Energia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início de cada exercício.

9 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas gerais e administrativas	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(208)	(258)
Propaganda e publicidade	(51)	(73)
Associações e entidades de classe	(74)	(61)
Outras	(44)	(39)
	<u>(376)</u>	<u>(431)</u>

10 RESULTADO FINANCEIRO

Receita Financeira	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Renda de aplicações financeiras	2.795	15.008
Variação monetária	4.890	3.382

Notas Explicativas

PIS e COFINS sobre receita financeira	(184)	-
IOF incidentes sobre aplicações financeiras	-	(286)
Total	<u>7.501</u>	<u>18.104</u>

O resultado financeiro da Companhia provém basicamente de remunerações de aplicações financeiras em fundo de investimento de curto prazo, em Certificados de Depósito Bancário – CDB e atualização monetária de impostos e recuperar classificados no ativo não circulante cujo saldo é atualizado pela taxa SELIC.

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados dos ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	Nível (*)	2015		2014	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	6.815	6.815	9.907	9.907
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	-	-	14.930	14.930

Quanto a valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia.

Notas Explicativas

c) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras indexadas ao CDI. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações.

d) Risco de taxa de câmbio:

A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira.

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2015 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 13,23% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira líquida de R\$ 902. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 1 (a)	Redução do índice em 25% (b)	Redução do índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	6.815	baixa do CDI	179	(91)	(360)
	6.815		179	(91)	(360)
Total de redução da receita financeira			179	(91)	(360)

(a) O índice de CDI considerado de 15,80%, foi obtido através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices do cenário I.

12 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, parte da redução de capital mencionada na nota explicativa 7.1.1, no valor de R\$ 35.202, não envolveu caixa e, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o aumento do capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, mencionado na nota explicativa 7.1.2, não envolveu caixa, e, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

13 PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia é controlada pelo fundo Energia São Paulo FIA, que por sua vez é controlado pelos seguintes fundos de pensão (cotistas do fundo): (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

Notas Explicativas

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

Os serviços de assessoria e consultoria foram prestados à Companhia pelo BNY Mellon até 31 de julho de 2015. Durante esse período, a Companhia possuía aplicações financeiras em fundos administrados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros D.T.V.M. S.A., conforme descrito na nota 4.

Em 1 de agosto de 2015, os serviços de assessoria e consultoria passaram a ser prestados pela Eximia Capital Partners Ltda., que atua no assessoramento aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria da Bonaire, incluindo: (i) Assessoramento contábil; (ii) administração de tesouraria; (iii) controle de custos; (iv) suporte aos trabalhos de natureza jurídica; (v) serviços de controle do patrimônio, do fluxo de dividendos e outros recebíveis da CPFL (vi) cumprimento de obrigações legais exigidas pelos órgãos reguladores do mercado e (vii) assessoramento em reuniões de Conselho de Administração ou de Diretoria.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia efetuou em 29 de janeiro de 2016 o pagamento em dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 3.708.

* * *

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente
Danilo Ferreira da Silva – Diretor sem designação específica
Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo
Temóteo Roberto Brito de Miranda – Direto de Relações com Investidor
Marcelo Martins da Fonseca – Contador CRC RJ 086974/O

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Bonaire Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Bonaire Participações S.A. ("Bonaire" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 30 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Christian Canezin

Contador

CRC nº 1 SP 237470/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

Os diretores da Bonaire, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Bonaire relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Danilo Ferreira da Silva – Diretor sem designação específica

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Temóteo Roberto Brito de Miranda – Direto de Relações com Investidor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

Os diretores da Bonaire, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Bonaire referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Danilo Ferreira da Silva – Diretor sem designação específica

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Temóteo Roberto Brito de Miranda – Direto de Relações com Investidor